

XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Tucumán, San Miguel de Tucumán, 2007.

'Las Indias no eran colónias': España y América en la visión hispanista de la Historia.

Beired, José Luis Bendicho (Universidad Estadual Paulista, Brasil).

Cita:

Beired, José Luis Bendicho (Universidad Estadual Paulista, Brasil). (2007). *'Las Indias no eran colónias': España y América en la visión hispanista de la Historia. XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Tucumán, San Miguel de Tucumán.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-108/323>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Jornadas Interescuelas – Universidad Nacional de Tucumán
Sesión 39 – Historia Intelectual

Título: “Las Indias no eran colónias”: España y América en la visión hispanista de la Historia

José Luis Bendicho Beired
Universidade Estadual Paulista
UNESP

O hispanismo constitui um tema da história intelectual latino-americana e espanhola ainda mal dimensionado a despeito da sua repercussão na vida política e cultural desde o final da segunda metade do século XIX. Neste trabalho pretendo discutir o papel do ideário hispanista na historiografia espanhola e Argentina, centrando a atenção sobre dois proeminentes historiadores, o espanhol Rafael Altamira (1866 – 1951) e o argentino Ricardo Levene (1885 – 1959). Tendo como referência uma investigação mais ampla sobre o papel do hispanismo nas relações entre a Espanha e a América Latina, busco analisar o papel desempenhado por esses dois intelectuais na criação e difusão do ideário hispanista no plano internacional por meio do exame de algumas de suas obras e de sua inserção no campo historiográfico e na vida pública. Para além de uma história comparativa, pretendo fazer uma abordagem que privilegie a circulação internacional das idéias, o que inclui o estudo dos seus criadores e mediadores, assim como dos contextos de produção e de recepção cultural.

No século XIX, foram dominantes as interpretações históricas latino-americanas que desenvolveram um juízo negativo da herança espanhola na América, assinalando o impacto das guerras de independência e do processo de construção dos Estados Nacionais sobre o ambiente cultural. Tal perspectiva sofreu uma inflexão a partir dos trabalhos dos espanhóis Marcelino Menendez y Pelayo (1856 – 1912) e Rafael Altamira, o primeiro conservador e o segundo liberal, cujas obras tiveram ampla repercussão na América. Tendo em comum o hispanismo, as interpretações dos dois autores passaram valorizar os vínculos positivos que uniam a histórias da metrópole com a colônia, e produziram um impacto na

historiografia que consideramos ainda não ter sido devidamente dimensionado. Na Argentina, o revisionismo histórico foi uma das mais contundentes expressões dessa guinada ao sustentar posturas claramente hispanistas em contraposição à chamada visão liberal da história, cujos expoentes nutriram um acentuado anti-hispanismo durante o século XIX.

Entretanto, considero que a presença do hispanismo entre os intelectuais liberais tem sido um objeto histórico menos evidente para os estudiosos das idéias e dos intelectuais na América Latina. O que atribuo, a título de hipótese, ao *caráter molecular e menos organizado* da difusão do hispanismo liberal, quando contrastado com o hispanismo da direita autoritária. Ricardo Levene, representa um dos desdobramentos mais notáveis, da visão hispanista do passado americano em chave liberal, como evidencia o polêmico título *Las Indias no eran colónias*, de livro de sua autoria publicado em 1951.

Uma das hipóteses desta pesquisa é que as relações entre a Espanha e a América continuaram a ser importantes mesmo depois do processo de independência dos seus territórios. As polêmicas sobre a herança hispânica se estenderam por todos os países produzindo divisões que se desdobraram em interação com as questões políticas americanas e espanholas. Do lado espanhol, diversas revistas e periódicos apareceram na segunda metade do século XIX com o objetivo de buscar a recomposição dos laços com os países americanos, num movimento que envolveu interesses empresariais, governamentais e intelectuais. Em direção ao final do século XIX o crescente interesse dos intelectuais espanhóis em relação à vida americana foi articulado ao debate sobre os problemas e as soluções da crise espanhola, identificada como um processo estrutural de decadência que poderia ser revertido mediante o estabelecimento de novos laços com as ex-colônias. Por fim, o chamado “desastre de 1898” -representado pela perda de Cuba, Porto Rico e Filipinas- consagrou o hispanismo ou hispanoamericano como uma resposta ideológica destinada a reverter a longa decadência espanhola de modo a configurar no futuro uma grande pátria hispânica sob a liderança da “pátria mãe”.

Dois intelectuais espanhóis

Dois personagens foram emblemáticos por sua relevância no campo cultural, na promoção do hispanismo e pelo antagonismo das suas posições políticas e ideológicas: Marcelino Menendez y Pelayo, conhecido pelas suas posições católico-conservadoras e Rafael Altamira, de perfil liberal.

O historiador e crítico literário Marcelino Menéndez y Pelayo é considerado uma figura decisiva da reaproximação cultural entre os dois lados do Atlântico, ao publicar na Espanha uma antologia de poetas hispanoamericanos, entre 1894 e 1894, como parte das comemorações do IV Centenário do Descobrimento da América. Segundo Carlos Rama, representou a admissão oficial da Espanha de que na América também havia criadores originais e para os hispanoamericanos significou o reconhecimento da sua independência cultural.¹

Apesar do reconhecimento das qualidades americanas, Menéndez y Pelayo não renunciou à perspectiva colonialista espanhola, transfigurada sob a forma de um “imperialismo pacífico” e da “unidade de raça”, os quais, enunciados no final da década de 1860, persistiriam ao longo do século XX como uma das marcas do hispanismo conservador.² Ele se destacou por produzir um peculiar cruzamento entre catolicismo, tradicionalismo e hispanismo, que o transformou na principal referência intelectual para a extrema-direita espanhola do século XX: “O que Hipólito Taine e Fustel de Coulanges significaram para o nacionalismo integral maurrasiano, o seria Menéndez y Pelayo para a direita espanhola em seu conjunto.”³

Menendez y Pelayo realizou na sua forma mais acabada o mito historiográfico nacional-católico de interpretação da história espanhola, construindo uma visão do passado de profundo e duradouro impacto tanto em solo espanhol quanto americano. As transformações políticas do século XIX repercutiram na forma de legitimação do poder dos Estados europeus mediante a passagem da soberania baseada na tradição dinástica ou no direito divino para *soberania nacional*, a qual passou a ser a expressão política de uma nova entidade, a *nação*, enquanto expressão coletiva da soberania popular. Os historiadores liberais foram os primeiros a reescrever a história espanhola de acordo com as novas

¹ RAMA, Carlos. *Historia de las relaciones culturales entre España y la América Latina. Siglo XIX*. México: F.C.E., 1928, p. 328.

² RAMA, Carlos. *Op. cit.*, p. 330.

³ GONZÁLEZ CUEVAS, Pedro. *Acción Española. Teología política y nacionalismo autoritário en España (1913 – 1936)*. Madrid: Tecnos, 1998, p. 45.

exigências do presente, seguidos pelos seus congêneres católico-conservadores que se viram obrigados a reformular sua visão histórica para permitir a sobrevivência da sua corrente política no mundo contemporâneo.⁴ Como em tal reelaboração o problema central consistia no encontro do catolicismo com a nação, os conservadores construíram, como seu pilar de sustentação, a tese de que a nação espanhola tinha sido formada pela religião católica.

Outro intelectual central para a promoção do hispanismo foi o historiador Rafael Altamira, catedrático da Universidade de Oviedo e vinculado ao regeneracionismo. O seu programa para a solução do “problema espanhol” passava, por um lado, pela reforma do ensino e pela difusão da cultura técnica entre o povo; e por outro pela reaproximação com a América, que num primeiro momento teria caráter cultural, científico e diplomático, para então passar ao plano das relações econômicas.

A perspectiva hispanoamericanista de Altamira desenvolveu-se a partir de 1892, nas comemorações oficiais do IV Centenário do Descobrimento da América, quando entrou em contato com historiadores de diversos países americanos no Congresso Hispano-Americano e Português em Madrid; pouco depois, em 1895, criava a *Revista Critica de Historia e Literatura Españolas, Portuguesas e Hispanoamericanas*. Em 1909, indicado pelo reitor da Universidade de Oviedo partiu para uma missão na América destinada a estabelecer relações com universidades e centros culturais e científicos de diversos países. A iniciativa foi um estrondoso sucesso, que contou com apoio da imprensa, políticos e intelectuais espanhóis. A convite da Universidade de La Plata, na Argentina, ministrou um curso de três meses como marco de fundação dos estudos históricos nessa instituição. Em seguida, percorreu diversos países latino-americanos e foi aos Estados Unidos a convite da Associação Histórica Americana, num périplo em que proferiu dezenas de conferências e estabeleceu contatos com renomados intelectuais.

Pouco antes, em 1908 publicara o livro *Espana en América*⁵, no qual desenvolveu um diagnóstico do estado das relações entre os dois lados do Atlântico acompanhado de um minucioso programa destinado à sua reativação. No livro assinalava a escassa influencia de escritores e cientistas espanhóis sobre os hispano-americanos, a falta de uma corrente de

⁴ JUNCO, José Alvatez. La difícil nacionalización de la derecha española en la primera mitad del siglo XIX. *Hispania*. Revista Española de Historia. Madrid. Vol LXI/3, 2001, p. 844.

⁵ ALTAMIRA, Rafael. *Espana en América*. Valencia: Sampere, 1908.

opinião pública que conferisse relevância às relações culturais entre a Espanha e a América, paralelamente à crescente influência de outros países: EUA, França, Alemanha e Itália. Mostrava-se especialmente temeroso do avanço organizado dos Estados Unidos no espaço cultural e científico hispano-americano, como evidenciava sua análise de uma palestra realizada durante a 9ª. Conferencia Anual das Associações das Universidades Americanas, cujo tema era "*Possibilidades de cooperação intelectual entre os Estados Unidos e a América Latina*". O palestrante alertava que a cooperação da A. Latina com os EUA não poderia ser bem sucedida sem antes serem estabelecidos sólidos laços intelectuais e morais entre os dois lados.⁶

Embora não tivesse posições xenófobas em relação aos Estados Unidos, Altamira via nisso um risco para a "civilização espanhola". Para ele, a retomada da influencia da Espanha sobre a América deveria apoiar-se em três bases: na comunidade de espanhóis emigrados, na preservação do idioma e na *influência intelectual*, cujos instrumentos deveriam ser a criação de instituições universitárias e de programas acadêmicos de intercâmbio, os quais acabaram por ser implementados pela Universidade de Oviedo e por vários governos espanhóis e latino-americanos.

O sucesso da *turnée* de Altamira repercutiu diretamente na fundação da *Junta para la Ampliación de Estudios* pelo rei Alfonso XIII, em 1910, com o expreso objetivo de fomentar as relações científicas e culturais entre a Espanha e a América. Por intermédio da *Junta*, foi implementado um programa que a permitiu a viagem de dezenas de professores universitários espanhóis para a Argentina para ministrar cursos e conferencias, destacando-se entre eles Ortega y Gasset, que visitou o país em 1914 e 1928.⁷ Outra iniciativa significativa foi a criação da *Institución Cultural Española* de Buenos Aires, em 1914, como resultado dos debates que se seguiram à morte de Marcelino Menendez y Pelayo (maio de 1912) sobre a necessidade de render-lhe um tributo. Consistia numa associação organizada com o apoio da comunidade de imigrantes espanhóis de Buenos Aires, do embaixador espanhol e de professores universitários com o objetivo de difundir na Argentina pesquisas científicas e estudos espanhóis das várias áreas do conhecimento. Para tanto foi criada uma cátedra na Universidade de Buenos Aires a ser ocupada por professores

⁶ Idem, *Ibidem*, p. 57.

⁷ FORMENTIN IBAÑEZ Y VILLEGAS, M. J. *Relaciones culturales entre España y América*. Madrid: Mapfre, 1992, p. 53 – 58.

espanhóis, além de tomadas diversas iniciativas para promover o intercâmbio intelectual entre os dois países.⁸ Na Argentina, um ambiente bastante favorável a tais iniciativas havia se configurando pelo menos desde as comemorações do centenário da independência, circunstância que contou com a visita da infanta Isabel da Espanha e que contribuiu sobremaneira para a reaproximação dos governos de Madrid e Buenos Aires.

A história da perspectiva de Altamira

Entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, Altamira foi seguramente o historiador espanhol de maior prestígio dentro e fora de seu país. Escreveu diversas obras de história tais como *La enseñanza de la historia* (1891)⁹, escrita nos marcos do positivismo rankeano; e a monumental *Historia de España y de la civilización española* (1899 – 1911), além de outras de temas variados, a exemplo de *Psicología del pueblo español* (1902) e *España en América* (1908). A minha análise da sua interpretação da história americana e das relações hispano-americanas terá como base o seu *Manual de Historia de España*, publicado originalmente em 1927, de cuja reedição de 1934 utilizo a seguir.

Em suas obras realizou uma síntese da historiografia e da sociologia positivistas com o krausismo, corrente filosófica de origem alemã que deitou fortes raízes na Espanha. Na sua perspectiva, o sujeito da história é um ator coletivo, por ele designado como “persona social”. Em outros termos, compartilhando uma visão historicista, é a nação, ou seja uma coletividade dotada de um caráter peculiar revelado pelas leis, moral, religião e arte. Apoiava-se no historiador alemão Ernst Bernheim que, em 1889, propunha que “a historia é um desenvolvimento ascendente, contínuo e cumulativo das energias e qualidades de um sujeito social”.¹⁰

Em *Manual de Historia de España* procura transmitir uma visão idílica das relações entre a Espanha e a América desde a época da conquista, o que é feito mediante uma sorte

⁸ FORMENTIN IBAÑEZ Y VILLEGAS, M. J. Relaciones culturales entre España y América. Madrid: Mapfre, 1992, p. 92 - 93

⁹ Livro concebido nos marcos do positivismo, no qual insistia-se na necessidade de estudar não só a história política (história exterior), mas também a história interior (arte, religião, costumes, organização econômica e social).

¹⁰ FOX, Iman. *La invención de España*. Madrid: Cátedra, 1998, p. 51.

de inventário das contribuições –sempre positivas–da civilização espanhola para a história americana. Tomando como comparação empreendimentos coloniais de outras potências, afirmava que as autoridades espanholas tinham por objetivo não apenas conquistar, mas colonizar e civilizar. Nesse sentido definia como admirável a obra da Espanha tangente à organização do governo, à colonização¹¹ e à civilização, a qual teria tido dois objetivos principais: a conversão dos índios ao cristianismo e a difusão da cultura espanhola.

Exaltava o papel de Isabel de Castela por seu “grande coração e senso de justiça” em relação aos índios americanos. Pois numa época em que era justo tomar os “povos bárbaros e selvagens” como escravos, ela dera ordens de libertar os índios levados por Colombo à Espanha para serem vendidos.¹² Argumentava que tal disposição foi ampliada em 1526, tornando livres todos os índios e que em seu testamento ela teria insistido que jamais fosse abandonada a proteção aos índios.¹³ Ao comparar a política religiosa da Espanha com a Inglaterra em relação às colônias, afirmava que não tinham sido diferentes, pois tanto a América do Norte como a América Espanhola teriam desconhecido a liberdade de consciência, de tal modo que não só justificava as situações de intolerância religiosa, como também minorava o papel da Inquisição.

Em relação à vida intelectual dos índios, assinalava a sua condição de homens livres, lembrando que a eles tinham sido destinados vários tipos de escolas, elogiando a ação dos religiosos na organização das reduções. E afirmando a superioridade tecnológica europeia sobre os americanos, considerava ter sido necessário trazer métodos agrícolas e industriais europeus, assim como introduzir novas sementes, animais, e instrumentos desconhecidos. Dessa forma cita 170 espécies de vegetais introduzidos na América, embora não mencione nem um único que daqui tivesse ido para o velho mundo.

Altamira desenvolve uma visão laudatória do colonialismo espanhol – “Espanha oferecera o que tinha de melhor” – ao lado da desconsideração das peculiaridades dos povos americanos de tal modo que apenas encontramos contribuições numa só direção, da Península para a América. Os povos autóctones são analisados como desprovidos de qualquer papel a não ser a submissão - e os problemas que porventura ele detecta durante o período colonial são o produto da falta de observância das disposições oficiais espanholas.

¹¹ ALTAMIRA, Rafael. *Manual de História de España*. Madrid: Aguilar, 1934, p. 428.

¹² ALTAMIRA, Rafael. *Op. cit.*, p. 317

¹³ ALTAMIRA, Rafael. *Op. cit.*, p. 317.

A colonização espanhola América representava a eterna luta o egoísmo da maioria dos homens e os princípios da humanidade e o direito, cujos maiores paladinos teriam sido justamente os setores dirigentes espanhóis por meio da sua obstinação pelo cumprimento da legislação colonial.¹⁴

Diante de um quadro tão idílico do mundo colonial, como se posicionava ante o processo de independência? Considera-o legítimo tanto em função das “luzes” alcançadas pelos americanos quanto pela insuficiência das medidas do governo espanhol para reformar o regime colonial. Além disso, menciona como fatores os desacertos, abusos e anacronismo das autoridades espanholas e do clero. Apontava mesmo a falta de flexibilidade dos liberais espanhóis nas Cortes de Cádiz, que apesar de acenarem com a plena igualdade de peninsulares e americanos, terminaram por aprovar uma constituição que discriminava os não-brancos e que estabelecia a representação desproporcional entre deputados espanhóis e americanos.

Ainda que aos olhos atuais as afirmações de Altamira possam despertar polêmicas pela sua parcialidade em favor do colonialismo, não há dúvida de que era uma visão progressista da história dentro do contexto espanhol. Por exemplo, em relação à visão de Menéndez y Pelayo, para o qual a independência não fora uma revolução, mas uma reação tradicional aos invasores franceses. Enquanto Altamira valorizava os aspectos populares da história espanhola, a exemplo da revolta dos comuneros contra o absolutismo Habsburgo, Pelayo identificava totalmente a história espanhola com o catolicismo e encarava o período Habsburgo como o mais esplendoroso do país, vendo no período dos Áustrias a origem de um ciclo de decadência.

A perspectiva de Ricardo Levene

O hispanismo, presente em toda a obra de Levene, manifestou-se tanto nos seus livros quanto nas iniciativas por ele desenvolvidas no campo cultural. A perspectiva hispanista foi alimentada pela colaboração acadêmica e a amizade que manteve com Rafael Altamira desde que lhe enviou em 1916 o livro *Introducción al estudio del derecho indiano*. Na ocasião, historiador espanhol afirmou ter ficado surpreso pela total

¹⁴ ALTAMIRA, Rafael. *Historia de la civilización española*. Barcelona: Crítica, 1927, p. 163.

convergência entre a interpretação do livro e as primeiras lições de um curso sobre “instituições da América” que ministrou em Madrid, de 1914 a 1916¹⁵. A amizade intelectual manteve-se por meio de uma constante correspondência e de trabalhos tais como artigos, prólogos e recensões recíprocas. Exemplo disso, foi a participação de Altamira em obras dirigidas por Levene, tais como a coleção *História de la Nación Argentina* publicada pela Academia Nacional da História; e a publicação de livros de Altamira tais como *Análisis de la recopilación de las Leyes de Índias de 1680*, editado pelo Instituto de História do Direito, do qual Levene era fundador. Uma outra situação emblemática de manifestação do hispanismo de Levene foi a sua participação na colocação da estátua de Cid Campeador numa praça central de Buenos Aires. Proveniente da Espanha, foi inaugurada com a presença do presidente da república, do prefeito da cidade, do embaixador espanhol, além de Levene que se expressou nos seguintes termos sobre a hispanidade:

“La hispanidad no es forma que cambia, ni materia que muere, sino espíritu que renace, y es calor de eternidad: mundo moral que aumenta de volumen y se extiende con las edades, sector del universo en que sus hombres se sienten unidos por el lado del idioma y de la historia, que es el pasado. Y aspiran a ser solidarios en los ideales comunes a realizar, que es el porvenir”.¹⁶

Em 1911 assumiu como professor titular de sociologia da Faculdade de Filosofia e Letras da UBA e desde então acumulou cargos de professor, de direção universitária e em órgãos públicos os mais variados. A partir de 1927 presidiu a Junta de História e Numismática Argentina e americana, transformada em Academia Nacional de História em 1938 graças ao seu prestígio intelectual e estreitas relações pessoais com o presidente da república. De 1938 até a sua morte em 1959, presidiu a referida Academia e durante o governo peronista, apesar de sua posição liberal, foi indicado para várias funções públicas relacionadas à área cultural. Em 1935 foi indicado para presidir a Comissão Americana de Revisão de Textos de História e Geografia e a Comissão Nacional de Museus, Monumentos

¹⁵ MARTIRÉ, Eduardo. “Altamira y Levene, una amistad provechosa”, In *Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes*: <www.cervantesvirtual.com/servelet/SirveObras/hist>, acessado 10/06/2007. Em 1914 Altamira obteve a cátedra de “Historia de las Instituciones Políticas y Civiles de América” na Universidade de Madri.

¹⁶ LEVENE, Ricardo. *El Diario Español*, Buenos Aires, 14/10/1935, apud VIZCARRA, Zacarias de “Origen del nombre, concepto y fiesta de la hispanidad”, In *El Español*. Semanario de la política y del espíritu, Madrid, 07/10/1944.

e Lugares Históricos, além de ser nomeado para dirigir uma monumental história da nação argentina. O conjunto de postos que assumiu permite afirmar que foi o historiador mais influente junto aos governos entre os anos vinte e cinquenta, controlando a indicação de professores, realização de pesquisas, publicações, além de ser responsável por decisões concernentes à construção da memória coletiva.¹⁷ Nesse sentido, quando o livro *Las Índias no eran Colónias* veio a público, encontrava-se no auge de sua carreira.

Vejam os argumentos subjacentes ao livro.¹⁸ O seu objetivo era demonstrar que os territórios americanos conquistados pela Espanha não foram submetidos a uma condição colonial, mas ao contrário equiparados legalmente ao status dos demais domínios da coroa espanhola. Dentre os argumentos levantados, talvez o mais importante é que as *Leis de Recompilação das Índias de 1519 e 1520* nunca se referiam a *colônias*, mas estabeleciam expressamente que eram “províncias, reinos, senhorios, repúblicas ou territórios de ilhas e terra firme incorporados à coroa de Castela e Leão”.¹⁹ Tais leis afirmavam a igualdade jurídica entre Castela e as Índias, assim como entre os seus conselhos governamentais; assinalava a igualdade de “raças”, permitindo o casamento entre espanhóis e indígenas; e determinavam que nas novas capitulações a palavra “conquista” fosse abolida e que em seu lugar fossem empregadas as de “pacificação e povoamento”. A partir disso, o próprio Levene considera mais apropriado referir-se à “pacificação das Índias” do que à sua conquista.²⁰

O esforço de Levene concentra-se em reafirmar e exaltar da legislação instaurada pela coroa do que em realizar uma análise crítica dessa fonte documental. Para reforçar seu argumento evoca uma afirmação de Lopez de Gómara: “A maior coisa depois da criação do mundo, tirando a encarnação e morte do seu criador, é a descoberta da América”. Segundo Levene, tratava-se uma frase feliz, que ele completaria ao final do seguinte modo: “...é o Descobrimento e a Legislação das Índias”.²¹

¹⁷ RODRIGUEZ, Martha. “Cultura y educación bajo el primer peronismo. El derrotero académico institucional de Ricardo Levene”, In PAGANO, Nora; RODRÍGUEZ (COMP.) *Historiografía rioplatense en la Posguerra*. Buenos Aires: La Colmena, 2001, p. 39-65.

¹⁸ O livro foi publicado pela editora Espasa-Calpe em 1951, com uma segunda edição em 1952. A terceira edição, aqui utilizada é de 1973.

¹⁹ LEVENE, Ricardo. *Las Índias no eran colonias*. Madrid: Espasa-Calpe, 1951, p. 153.

²⁰ LEVENE, R. *Op. cit.*, p. 13.

²¹ LEVENE, R. *Op. cit.*, p. 24.

Ao longo dos capítulos desfia um conjunto de juristas e autoridades que escreveram sobre os domínios ultramarinos, procurando mostrar que mesmo quando utilizavam a expressão colônia, não era esse o sentido real contido nos textos.²² Na mesma direção, assinala que em 1809 a Junta Suprema de Sevilha, em nome de Fernando VII, emitiu um decreto reconhecendo que os domínios das Índias não eram propriamente colônias ou feitorias como as das outras nações, mas uma parte integrante e essencial da monarquia espanhola.²³

Por fim, o último capítulo possuía o curioso título de “España ha fundado en América naciones para la independencia y la libertad”. Diante do problema de como considerar o processo de independência dentro do quadro idealizado da sujeição à metrópole, apresenta textualmente a seguinte tese: “que a Espanha teria criado na América sociedades que levavam em seu seio o germe inevitável da futura emancipação”. E acrescenta que “forças históricas da época hispânica criaram a nossa soberania política e a nossa vocação pela independência contra todo poder estrangeiro”.²⁴ Defende essa tese argumentando o *caráter popular* da colonização, na qual fora importante o papel da iniciativa privada e individual. Sustenta que no Rio da Prata não houve conquista, mas colonização: “fomos desde as origens a expressão mais enérgica dessa democracia”.²⁵ De tal modo que a revolução de independência deve ser entendida como o *desdobramento* de uma sorte de *cultura democrática* gerada durante o domínio espanhol. Outro argumento em favor dessa tese é que as idéias que levaram à revolução de independência eram *exclusivamente* de origem hispânica - e não francesas ou norte-americanas. O exercício do poder pelas Juntas de Governo consistia em um exercício previsto na tradição política espanhola, ou seja, a reversão do poder real para o povo, uma vez que Fernando VII não podia exercê-lo por encontrar-se preso.²⁶

²² Refere-se ao Conde de Aranda, Campomanes, Floridablanca, José Galvez, Miguel Lastarria e Victoriano de Villalba. LEVENE, R. op. Cit., p. 115.

²³ LEVENE, R. *Op. cit.*, p. 118.

²⁴ LEVENE, R. *Op. cit.*, p. 148.

²⁵ LEVENE, R. *Op. cit.*, p. 143.

²⁶ Vale a pena comparar a interpretação de 1951 com a do manual escolar que ele escrevera em 1912, *Lecciones de História Argentins*, pois ali já estavam afiguradas algumas teses desenvolvidas posteriormente. No manual assinalava que a Argentina tivera colonização mas não conquista, diante da falta de minas e escassez de índios, e que os espanhóis teriam desenvolvido as instituições municipais e contribuído para forjar a índole guerreira dos argentinos. A síntese de tais elementos constituiriam o fundamento real do movimento de independência, cuja tendência pré-existiria às invasões inglesas ao Rio da Prata. Nesse sentido, considerava errôneo afirmar que o ponto de partida do movimento de independência tinham sido tais

Em resumo, a sua tese da independência da América funciona no texto como a coroação dos seus argumentos para provar o caráter benigno da ação da Espanha sobre a América, permitindo mostrar: a) que a ruptura dos laços inscrevia-se na própria lógica do domínio espanhol; b) e que afinal de contas, tal ruptura comportava uma continuidade histórica e uma unidade civilizatória entre os dois lados, cujo desdobramento não poderia ser outro senão a reconciliação entre americanos e espanhóis, cuja consagração máxima no campo da historiografia era o próprio livro de Levene.

Quais relações podem ser estabelecidas entre as interpretações de Altamira e Levene? São evidentes algumas notáveis convergências. É comum a visão positiva do papel dos reis católicos na consolidação da unidade ibérica e da conquista e colonização da América, a crença nas qualidades excepcionais e superiores da civilização espanhola, a centralidade desempenhada pelo catolicismo, o elogio às qualidades da rainha Isabel por sua visão política e pela criação de uma legislação humanista em relação aos indígenas.

Em relação à violência da conquista, enquanto é minimizada por Altamira, por sua vez é completamente ignorada por Levene. Nenhum dos dois praticamente leva em consideração os inúmeros povos e culturas da América – para não falar dos escravos de origem africana – seus traços, diferenças, contribuições, choques e mesclas. De tal modo que ao leitor, a história americana se afigura como processo de aquisição unilateral do patrimônio político, religioso e cultural espanhol. Nos dois historiadores evidenciavam-se posições etnocêntricas, embora isso seja mais explicável em Altamira, quer por ser espanhol quer pela geração intelectual em que estava inserido, do que em Levene, que além de ser americano de nascimento e publica o livro num contexto de crise do colonialismo.

Como parte da defesa da sua interpretação histórica, Levene colocou como último capítulo um testemunho a mais da sua profissão de fé hispanista por meio da transcrição de um discurso que realizara ao ser homenageado na pela Instituição Cultural Espanhola de Buenos Aires, em dezembro de 1947, ocasião em que sustentou que: “Es de infinitas proyecciones la idea luminosa, conforme a la cual, la Historia de España y la Historia

invasões, pois elas apenas teriam acelerado um movimento pré-existente. Para uma análise de *Leciones de Historia Argentina* no contexto dos manuais escolares argentinos ver o excelente trabalho de Stella Maris Scatena Franco. *Luzes e sombras na construção da nação argentina: os manuais de história nacional (1868 – 1912)*, Bragança Paulista, Editora da Universidade São Francisco, 2003.

Argentina social y heróica, es un sola, que tienen al pueblo por sujeto activo y creador”.²⁷ Conclamando a união das inteligências da Espanha e da Argentina, lembrava o caráter pacificador e povoador da Espanha na América, as glórias da história espanhola, a herança deixada por El Cid e Cervantes, ao mesmo tempo em que atacava o materialismo histórico em nome da dos “valores do espírito” e da “civilização cristã”.

Curiosamente, tais posições equivaliam às defendidas então pelos nacionalistas de direita, quer pelo viés hispanista, quer pelo apego à tradição, ou então pelo anti-materialismo e a defesa do cristianismo. Desde os anos vinte, os nacionalistas se empenharam pela instauração de uma ordem política autoritária que resgatasse a Argentina do controle de supostas forças políticas e econômicas anti-nacionais que conduziam o país pelo caminho da decadência histórica. Boa parte dessa luta travou-se no plano intelectual por meio de uma variada gama de jornais, revistas e livros, em que a interpretação do passado desempenhou papel central mediante o questionamento da visão histórica liberal vencedora nas disputas políticas que moldaram a Argentina contemporânea. Em 1938 os nacionalistas, tendo à frente Julio Irazusta e Ernesto Palácio entre outros, criaram o Instituto Juan Manuel de Rosas, sorte de trincheira intelectual para a elaboração de uma contra-história que pudesse fundamentar a causa pela regeneração do país.²⁸ Em poucas palavras, escreveram uma história escrita de forma instrumental para atender às questões do presente que se limitou a inverter os termos da interpretação convencional mediante a exaltação dos adversários do liberalismo e a detração dos seus heróis de forma articulada à criação de um inimigo mítico – a oligarquia – e a incorporação da visão hispanista de Menendez y Pelayo. Ernesto Palácio, autor de *La Historia Falsificada*, contribuiu para desenvolver o mito das origens da história Argentina, segundo o qual o destino da nacionalidade dependia da retomada dos princípios e das marcas deixadas pelos conquistadores. Para ele, o espírito hispânico colonial fez com que os argentinos fossem essencialmente espanhóis, representando um prolongamento da metrópole no Rio da Prata: “Nuestra verdadera tradición, nuestra historia, es la de España, por medio de los conquistadores, que continúan viviendo en nosotros”.²⁹

²⁷ LEVENE, R. *Op. cit.*, p. 149 – 151.

²⁸ QUATTROCCHI-WOISSON, Diana. *Los males de la memoria. Historia y política en la Argentina*. Buenos Aires: Emecé, 1995.

²⁹ PALÁCIO, Ernesto. *La historia falsificada*, Buenos Aires, Difusión, 1939, p. 62; 64 – 65.

Porém, o que chama a atenção no livro de Levene não é apenas o conteúdo de sua interpretação que subvertia o cânone anti-hispanista consagrado pela geração de intelectuais e historiadores liberais do século XIX, mas também as circunstâncias em que essa interpretação foi transformada em no novo cânone interpretativo da Academia Nacional de História, instituição da qual ele era presidente, assim como o esforço em ser completamente convincente quanto à sua adesão à perspectiva hispanista.

Na parte final do livro consta uma reprodução da ata da reunião da academia em que a supressão da expressão “colonial” na história Argentina foi aprovada em reunião ocorrida em outubro de 1948.³⁰ Na ocasião foi discutido o projeto de Levene para que a Academia aprovasse uma nova orientação de redação de manuais e livros acadêmicos de historia argentina no sentido da substituição da expressão “período colonial” por “período da dominação e civilização espanhola”. Segundo o texto, a maioria das manifestações de associados mostrou-se favorável ao projeto, com a exceção de Emilio Ravignani que argumentou considerar a denominação “época colonial” como a mais correta. Ao final, o projeto foi votado e aprovado, acatando-se a proposta de um acadêmico - Dr. Pueyrredón - de substituição de “período colonial” por “período hispânico”.

Contrariando as expectativas de Levene, a posição assumida pela Academia Nacional de História foi recebida sem entusiasmo por Rafael Altamira, o qual continuou empregando as palavras “colônia e colonização”, inclusive num dicionário de 1951.³¹ Embora o historiador espanhol reconhecesse a dimensão jurídico-política da abordagem de Levene, sustentava por outro lado que a metrópole tinha efetivamente realizado uma colonização, alertando para não se confundir a denominação territorial (Províncias, Domínios, Reinos) com o processo de colonização, ou em outros termos forma e conteúdo. Altamira com propriedade recusava um enfoque estritamente jurídico para explicar a realidade americana que desconsiderasse os demais aspectos das relações que vinculavam a metrópole aos domínios ultramarinos.

³⁰ LEVENE, R. “Declaración de la Academia Nacional de la historia sobre la denominación de colonial a un período de la historia argentina”, In *Op. cit.*, p. 153 – 156.

³¹ *Diccionario castellano de palabras jurídicas y técnicas tomadas de la legislación indiana*. México: Tall. de la Ed. Cultura, 1951, p. 66 – 68.

Considerações Finais

O exame das representações construídas sobre as relações entre a Espanha e a América pelos autores discutidos neste trabalho evidenciam que certas correntes intelectuais e historiográficas dos dois lados do Atlântico se desenvolveram de forma conjugada à formação do ideário hispanista. Tanto na Espanha quanto na Argentina, duas grandes correntes intelectuais, liberal e conservadora, mobilizaram as idéias hispanistas para explicar a peculiaridade de certos laços, o papel de personagens, a função do catolicismo, o lugar dos índios e o papel “civilizador” dos europeus. Apesar da presença das matrizes políticas diferentes existentes nas interpretações – basicamente liberal e conservadora-católica –, é surpreendente o compartilhamento de uma série de elementos comuns inerentes à adesão às ideais hispanistas.

A surpreendente convergência em torno do hispanismo dentro da Argentina oferece novos elementos à tendência a associá-lo exclusivamente aos nacionalistas de direita. Desde o final do século XIX, a reaproximação entre a Espanha e a Argentina foi impulsionada do lado argentino por meio da ação da imprensa, de intelectuais e do próprio governo. Fizeram parte disso as comemorações do centenário da independência argentina, com a presença da infanta Isabel, ao lado a criação do “Dia de la Raza” durante o governo Yrogoyen. Inserido num contexto mais amplo de mudança da imagem da Espanha na sociedade Argentina, considero que a defesa de posições hispanistas por um intelectual de grande prestígio como Levene desempenhou um importante papel no fortalecimento do hispanismo tanto no campo cultural em sentido amplo quanto na historiografia. De todo modo, as iniciativas de Levene aqui examinadas – aprovação do projeto de supressão da expressão período colonial, mais a publicação do livro de 1951 – constituiu uma radicalização das suas posições hispanistas prévias dentro de um novo contexto político, o peronismo.

Estudos recentes mostram que embora o hispanismo tenha sido compartilhado por governos anteriores ao peronismo³², a partir dessa nova situação política esse ideário tornou-se ainda mais importante como por exemplo, na formulação da política externa,

³² GONZALEZ DE OLEAGA, Marisa. *El doble juego de la hispanidad. España y Argentina durante la Segunda Guerra Mundial*. Madrid: UNED, 2001.

favorecendo especialmente os membros do nacionalismo de direita que desde anos antes já tinham incorporado o hispanismo ao seu patrimônio ideológico. Dessa forma é possível entender as posições de Levene como uma estratégia de preservação do seu poder institucional num contexto em que este se encontrava abalado pelo ingresso dos intelectuais nacionalistas na competição por postos dentro e fora do aparelho de Estado, sobretudo em posições relativas aos campos cultural, educacional e historiográfico. E como justamente os nacionalistas vinham construindo uma interpretação histórica própria pautada pelo hispanismo que era altamente convergente com o peronismo, a tomada de posição hispanista por Levene também deve ser compreendida como uma reação ao avanço do prestígio das idéias do revisionismo histórico.